

EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO SEGURADOR: estudo tópico de direito securitário

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO*

Desembargador Federal do TRF da 5ª Região

Sumário:

1. Hipóteses de exoneração da responsabilidade do segurador — 1.1 O risco excluído da cobertura — 1.2 A perda do direito à indenização — 2. Interpretação da cláusula exonerativa da responsabilidade do segurador — 3. Conclusões.

1. Hipóteses de exoneração da responsabilidade do segurador

A exoneração da responsabilidade do segurador representa, em termos práticos, a frustração da expectativa do segurado ou dos seus beneficiários, quanto ao pagamento da indenização de que cogita o contrato de seguro. Por significar uma oposição à finalidade do seguro, cada hipótese de exoneração de responsabilidade do segurador merece demorado exame, sempre tendo em vista que a sua atuação constitui exceção à regra contratual, consoante a qual a indenização securitária é devida, na ocorrência de sinistro, conforme for previsto na apólice, que é o instrumento do contrato.

Importa à interpretação jurídica das cláusulas do contrato securitário distinguir, ao nível dos respectivos conceitos, as diversas hipóteses de eventos que determinam a exoneração de responsabilidade

do segurador, em face do interesse prático de facilitar a compreensão das controvérsias respeitantes à matéria, como também levando em conta o objetivo teórico de melhor inteligência dos institutos de Direito Securitário.

No sistema obrigacional que o contrato de seguro corporifica, podem ser identificadas duas classes gerais de eventos em que são agrupáveis as hipóteses de exoneração de responsabilidade do segurador. Essas classes são o que se denomina de *risco excluído da cobertura* e o que se chama de *perda do direito à indenização securitária*. Ambas as classes de fenômenos acarretam o efeito de exonerar o segurador da responsabilidade indenizatória decorrente do contrato de seguro. Contudo, inobstante gerarem efeito idêntico, no que tange à responsabilidade do segurador, cada uma dessas classes representa uma coleção particular de fatos, cumprindo bem delimitar a área de abrangência de cada qual.

Essas classes, contrariamente ao que podem parecer, se apresentam como categorias complexas, demandando esforço interpretativo para a sua perfeita apreensão, já que os seus limites conceituais não são evidentes. Aliás, se poderia afirmar que a discussão desse tema constituirá, com certeza, um exercício absolutamente conseqüente, de manifesta utilidade para o estudo da própria instituição do seguro, que a cada dia assume maior expressão e significado no contexto social e econômico contemporâneo.

O entendimento desses dois assuntos é relevante para a elaboração de uma teoria geral do contrato de seguro que, mesmo não se deslocando da teoria geral dos contratos, apresenta algumas singularidades e especificidades, impondo-se o seu estudo em separado. Dentre os aspectos particularizantes do contrato de seguro, releva a ausência de estipulação entre as partes, porquanto as condições gerais que o regem estão fora do alcance das vontades dos contratantes, tendo essa circunstância repercussão altamente significativa na execução do

contrato, conforme tem sido assinalado pela doutrina jurídica e pelas decisões dos nossos Tribunais.

De par com isso, se revela de magna monta o fato de, em algumas modalidades de seguro, fazer-se uma espécie de indução da vontade do segurado, mediante a ampla divulgação das vantagens do seguro — e somente das vantagens — negligenciando-se realçar as cláusulas restritivas de direitos, insertas inevitavelmente nas apólices. Também se verifica, como no seguro de vida em grupo (VC), que a adesão individual à apólice se opera de modo facilitado, como a abolição de certas cautelas normalmente praticadas — como o exame médico do proponente do seguro — tradicional no seguro de vida (VI).

Essas circunstâncias são levadas para o contrato, passando a influenciar, de modo decisivo, a interpretação das suas várias cláusulas, em especial aquelas que restringem direitos do segurado. Em contrapartida, tem havido um crescente desenvolvimento das técnicas interpretativas, incorporando-se-lhes diretrizes de cunho eminentemente social, sem negligenciar a vocação natural da evolução jurídica, no sentido de ampliar as disposições favoráveis à parte economicamente mais fraca na relação contratual, transpondo-se para o Direito Securitário o conhecido aforisma de Direito do Trabalho — *benévola ampliando, odiosa restringenda* —, assinalando-se que essa parêmia tem atuação apropriada sempre que se está diante de uma relação jurídica economicamente desequilibrada, o que ocorre quando um dos pólos subjetivos dessa mesma relação é economicamente mais forte do que o outro.

No Direito do Trabalho o desequilíbrio entre os pólos — patrão e empregado — é bastante nítido, antigo e histórico, justificando-se assim a aplicação da diretriz preconizada no aludido aforisma jurídico. Já no Direito Securitário a aplicação dessa mesma diretriz se guia por outros referenciais c tirocínios.

Um complicador novo na interpretação jurídica da matéria securitária pertine à inclinação — equívoca sem dúvida — de tornar símile as disposições regentes da chamada previdência privada (campo dos seguros privados) e as que regulam a Previdência Social (área da seguridade social, em que a atuação do Estado procura diminuir as contradições derivadas do sistema econômico que privilegia a classe dos proprietários dos meios de produção). Essa inclinação, embora motivada muitas vezes por interesses sociais e morais relevantes, há provocado freqüentes perplexidades no que pertine à solução de controvérsias levadas a Juízo.

1.1. O risco excluído da cobertura

A existência do risco é o elemento axial do seguro e a própria razão de ser do Direito Securitário. Numa sociedade humana em que as atividades econômicas e o homem mesmo estivessem isentos de risco, não haveria necessidade do seguro. Por conseguinte, o risco é o objeto do contrato securitário, como o afirma Sampaio de Lacerda,¹ referindo-se ao seguro marítimo — a primeira modalidade de seguro privado.

O nosso Código Civil (art. 1.432) dá a conceituação de contrato de seguro ao dispor que esse tipo de contrato se verifica quando "uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previsto no contrato".

A linguagem do Código nos revela, de imediato, que não são quaisquer prejuízos os que estão acobertados pela garantia do seguro, mas somente os riscos previstos no contrato.

¹ Curso de Direito Privado da Navegação, Freitas Bastos, vol. I.º/315, n. 217.

A exigência da previsão contratual dos riscos segurados é da maior importância para a delimitação da responsabilidade indenizatória a cargo do segurador, já que ele não terá responsabilidade alguma caso venha o segurado a sofrer um prejuízo, em decorrência da efetivação de dano conexo com riscos não inseridos no objeto do contrato (art. 1.460 do CC). A particularização ou especificação dos riscos a cargo do segurador — elemento de limitação da sua responsabilidade — se funda no pressuposto de que a contraprestação atribuída ao segurado — o pagamento do prêmio — se estabelece em função do elenco de riscos previstos no contrato. O prêmio do seguro constitui o preço que o segurado paga ao segurador, em troca da responsabilidade indenizatória por este assumida.

Fica, assim, explícita a importância da conceituação do risco securitário, já pelo seu interesse na fixação da abrangência do seguro, já pela sua indispensabilidade, no que pertine ao estabelecimento do prêmio, armando-se a equação atuarial. Nos dias correntes, graças à versatilidade do instituto do seguro, vêm crescendo as possibilidades de segurar-se um leque cada vez maior de riscos, isto é, vêm aumentando de complexidade as transações da vida social e, ao mesmo passo, se desenvolvendo a compreensão dos seguros clássicos e instituindo novas formas de segurabilidade, que passam a abranger riscos que antes eram sequer imaginados. Essa nota revolucionária do contrato de seguro é bem apreendida por Francisco Anthero Soares Barbosa, nestes termos:

A sofisticação das atividades modernas cada vez mais vem fazendo com que os riscos seguráveis deixem de ser referentes a eventos naturais. Operações complexas materializadas juridicamente em contratos de crédito, de construção ou de prestação de serviços, no País ou no exterior, criam riscos de descumprimento de obrigações por parte dos devedores, dos executantes ou prestadores de serviços, podendo causar prejuízos consideráveis aos titulares dos créditos ou serviços contratados. Aparece, então, um tipo de risco segurável de conceituação abstrata,

uma vez que resultante de cláusulas contratuais requintadas.²

Há, no entanto, riscos que não podem ser objeto de seguro — não possuem segurabilidade — como por exemplo o dano decorrente da prática de ato ilícito do segurado ou de seu preposto (art. 1.436 do CC), a vida de menor de 14 anos e a de terceira pessoa, ressalvada a hipótese de comprovação, pelo segurado, de interesse econômico na sobrevivência dessa terceira pessoa (art. 1.472 do CC). Ao lado desses, há os riscos seguráveis, que poderão — ou não constituir objeto do contrato de seguro, ou seja, ser incluídos no objeto do contrato, formando os riscos segurados.

Quando o risco integra o objeto do contrato de seguro, diz-se que se trata de risco segurado ou risco incluído na cobertura securitária. Se, pelo contrário, o risco não integra o objeto do contrato, diz-se o risco excluído da cobertura e por ele o segurador não percebe qualquer contraprestação, nem o segurado tem, em caso de prejuízo resultante dele, qualquer expectativa de indenização securitária. O resultado patrimonialmente danoso derivado de risco excluído da cobertura é indiferente ao contrato de seguro, não produzindo qualquer consequência securitariamente relevante ou significativa.

O risco descoberto, não inserido na relação contratual securitária, também não é levado em consideração e é desinfluyente na definição do prêmio do seguro.

O mestre Clóvis Beviláqua assim se manifesta a respeito do risco do contrato de seguro:

Risco é o perigo que pode correr o objeto segurado, em consequência de um acontecimento futuro, estranho à vontade das partes.

² "O Seguro entre as garantias de créditos e de obrigações contratuais", in Cadernos de Seguro, FUNENSEG, n. 3, março de 1982.

Os riscos devem ser declarados na apólice de modo preciso, especificando-se a sua natureza e extensão, porque constituem elemento essencial do contracto. Alguns autores consideram-nos, até, o próprio objecto do contracto. O objecto do contracto é, antes, o ressarcimento do damno, se este se verificar.

.....

O risco depende de caso fortuito ou força maior. Independe da vontade dos contractantes. Por isso o assegurado deve envidar esforços para evitar ou diminuir o damno; e, se agravar o risco, deverá responder por elle, eximindo o segurador da responsabilidade assumida (art. 1.454).³

A conceituação do risco segurado se vincula à própria instituição do contrato de seguro, sendo que este tem feito exclusivamente previdenciário, objetivando o restabelecimento de um equilíbrio perturbado, nunca a finalidade de proporcionar lucro ao segurado, como adverte Ruy Guilherme Almeida Gouveia,⁴ que também anota as características gerais do seguro, assinalando o objetivo desse tipo de contrato, avesso ao intuito lucrativo.

O estudo do risco leva necessariamente à indagação das condicionantes da sua segurabilidade, pois nem todos os riscos — como já visto —, podem ser objeto do contrato securitário; a segurabilidade se determina: a) pela possibilidade da ocorrência de um evento danoso, previsto no contrato; b) pela futuridade dessa ocorrência; c) pela incerteza ou aleatoriedade da ocorrência danosa; d) pela prejudicialidade econômica do evento; e) pela exterioridade ou autonomia do evento danoso, que não poderá conter qualquer contribuição volitiva das partes envolvidas.

Somente com essas características é que o risco se apresenta segurável, embora isso não signifique que ele será segurado, pois cada modalidade de seguro indica uma relação específica de riscos excluídos.

³ Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, edição histórica, Ed. Rio, 1979, vol. 2º/565.

⁴ In "Didática", seção da Revista do IRB, n. 228 de maio/agosto de 1982.

Nada impede, de outro lado, que as partes interessadas estipulem, através de condições especiais de cobertura, a inclusão de riscos determinados. Nessa hipótese, haverá naturalmente repercussão sobre o prêmio do seguro, já que não poderia o segurador oferecer cobertura graciosa.

1.2 A perda do direito à indenização

A perda do direito à indenização deve ser entendida como uma penalidade decorrente de comportamento anticontratual ou anti-securitário, praticado pelo segurado ou pelos seus beneficiários.

Na análise dos casos de perda do direito à indenização securitária, releva verificar que o dano sofrido era, em princípio, indenizável, isto é, estava incluído na cobertura do seguro. A causa de perder-se o direito à indenização se situa fora da problemática da cobertura e diz respeito a fato ou ato do segurado ou de seus beneficiários e não à abrangência do seguro. Não há confundir o risco excluído da cobertura com a perda do direito à indenização: naquele, o dano não se inclui entre os indenizáveis pelo segurador; nesta, o dano é indenizável, isto é, dar-se-ia o ressarcimento do prejuízo do segurado, em função do contrato de seguro. Assim, a perda do direito depende da prévia indenizabilidade do prejuízo. Se se cogita de risco excluído, não há falar em perda do direito à indenização. Portanto, exigir-se-á, para atuação da cláusula exonerativa de responsabilidade do segurador, que tenha havido um prejuízo decorrente de risco segurado, justificando-se a perda do direito à indenização em face de comportamento objetivo do segurado ou dos seus beneficiários.

Esse comportamento poderá ser classificado em duas macro-categorias, assim: a) infração ao preceito da boa-fé e veracidade, que constitui um dos mais importantes referenciais dos contratos em geral e

do contrato de seguro em particular, de acordo com o qual as partes contratantes devem proceder sem malícia e guardar a exata verdade relativamente ao objeto e circunstâncias do contrato (art. 1.443 do CC) e b) infração ao dever acautelatório, que impõe ao segurado a obrigação de abster-se de tudo quanto possa agravar o risco contratual, evitando, ainda, o alargamento das conseqüências de um sinistro (arts. 1.454 e 1.457 do CC).

A aplicação da penalidade consistente na perda do direito à indenização, prevista no art. 1.454 do CC, se fundamenta nas características do seguro, que lhe dão feição previdenciário e o excluem da finalidade lucrativa em favor do segurado. Para Clóvis Beviláqua, o cometimento de tais infrações revela procedimento doloso do segurado, numa modalidade contratual em que, mais acentuadamente do que em qualquer outra, são exigidas a boa-fé e veracidade.⁵

Para o grande civilista cearense, a boa-fé no contrato de seguro é um requisito que se exige com maior energia, "porque é indispensável que as partes confiem nos dizeres uma da outra. Pela mesma razão, é posto em relevo, no seguro, o dever comum de dizer-se a verdade".⁶

Esse requisito da boa-fé é mesmo a nota predominante do contrato securitário, de modo que a infração ao referido preceito acarreta a perda do direito à indenização, como prevê o art. 1.444 do CC, sem prejuízo do prêmio devido. Clóvis anota que a prescrição punitiva se endereça apenas ao segurado, pois de é que tem maiores possibilidades de atentar contra essa exigência,⁷ omitindo, na contratação do seguro, circunstâncias relevantes para aceitação do risco.

⁵ Ob. cit., p. 573.

⁶ Ob. cit., p. 574.

⁷ Ob. cit., p. 574.

Mas, na interpretação da cláusula excludente da indenização, recomendável é o máximo de cautela, para evitar — como adverte o mestre Orlando Gomes — que se termine por reduzir o contrato à inutilidade ou se altere profundamente a sua essência.⁸

2. Interpretação da cláusula exonerativa da responsabilidade do segurador

O direito à indenização securitária se assenta nos pressupostos da segurabilidade dos riscos e na índole aleatória do seguro. Já se viu que uma das exigências da segurabilidade dos riscos é a exterioridade ou autonomia do evento, que não poderá conter qualquer contribuição volitiva das partes. A exigência da exterioridade do evento, fazendo-o totalmente independente da vontade humana, retira do contrato a possibilidade de manobras ilícitas, objetivando atribuir ao segurador a responsabilidade por um dano voluntariamente causado ou agravado.

Na verdade, havendo induzimento factual ao sinistro, decorrente de comportamento do segurado ou dos seus beneficiários, estará removido o fundamento do contrato de seguro, que é a aleatoriedade. No estabelecimento do equilíbrio contratual aplicam-se as leis da estatística e o princípio do mutualismo. Segundo as estatísticas, determinados riscos são mais ou menos precários, fazendo-se essa apuração sem interferências ou manipulações ou procurando encontrar resultados previamente fixados.

A nota aleatória constitui um elemento essencial ao contrato de seguro e, sem ela, o contrato fica imprestavelmente viciado. Mas a área securitária não é mera característica ou decoração do contrato de seguro; acoplando-se ao princípio do mutualismo, já mencionado, forma-

⁸ Contratos, Forense, 1971, p. 117, n. 86.

se uma universalidade de recursos — fundo ou massa — constituída com as contribuições individuais — prêmios — de participantes com interesses coincidentes — a coletividade de segurados de cada ramo de seguro, com vistas ao suprimento de emergências eventuais de algum ou alguns dos membros partícipes — indenização em caso de sinistro. Se qualquer desses participantes ou terceira pessoa fraudar a mutualidade, obtendo para si uma indenização indevida, estará na verdade se apropriando de recursos pertencentes à própria coletividade dos segurados.

Esses aspectos técnicos e inegavelmente éticos do contrato de seguro importam sobremaneira à interpretação das cláusulas da apólice. Na aplicação de cláusulas restritivas de direitos, vale dizer, que apenas o segurado com a perda da indenização, a interpretação representa muitas vezes um autêntico desafio.

Verifica-se que freqüentemente se adota uma atitude apriorística, preconcebida e quase preconceituosa, ora francamente simpática ao segurado ou seus beneficiários, em detrimento do segurador, ora em sentido oposto, aferrando o Juiz à literalidade contratual e, desse modo, favorecendo o interesse do segurador.

Essa primeira atitude tem muita afinidade com a chamada jurisprudência sentimental, iniciada na França pelo famoso Juiz Magnaud (1889-1904), o Bom Juiz, que presidiu e dominou, por alguns anos, o Tribunal de Château Thierry. Para ele, deveria prevalecer, na aplicação do Direito, o sentimento de humanidade, mesmo que essa diretriz divergisse das disposições legais. Essa era "uma forma original do Direito Livre", como observou Carlos Maximiliano:⁹

Imbuído de idéias humanitárias avançadas" — diz Carlos Maximiliano referindo-se a Magnaud — "o Magistrado francês redigiu sentenças em estilo escorreito, lapidar, porém

⁹ Hermenêutica e Aplicação do Direito, Freitas Bastos, 1965, p. 95.

afastadas dos moldes comuns. Mostrava-se clemente e atencioso para com os fracos e humildes, enérgico e severo com opulentos e poderosos. Nas suas mãos a lei variava segundo a classe, mentalidade religiosa ou inclinações políticas das pessoas submetidas à sua jurisdição.¹⁰

Em excelente monografia,¹¹ Pedro Alvim observa que geralmente os segurados não conhecem, na sua inteireza e detalhes, as disposições dos contratos que celebram e que esse desconhecimento resulta, em grande parte, do caráter freqüentemente técnico da maioria das cláusulas securitárias. Refere esse autor que os segurados possuem um conhecimento apenas genérico do seguro, sendo que o próprio Juiz, as mais das vezes, também tem um conhecimento somente geral dessa modalidade de contrato. Evidentemente esse conhecimento superficial e incompleto termina por se refletir nas sentenças dos Magistrados; já seria oportuno que as Faculdades de Direito passassem a incluir nos seus currículos uma disciplina voltada para o estudo sistemático do seguro, pois atualmente, na quase totalidade delas, esse estudo é realizado na disciplina Direito Civil, juntamente com o dos contratos em geral.

Mas, como vinha sendo dito, é freqüente o Julgador propender para o favorecimento do segurado ou de seus beneficiários, na interpretação das cláusulas do contrato securitário, sendo que essa propensão é perfeitamente compatível com o sentimento do povo e o solidarismo social.

Na verdade, ao aplicar o Direito não deverá o Juiz proceder como um autômato, consoante assinalou com percuciência o Des. Válder Nogueira e Vasconcelos, do Tribunal de Justiça do Ceará, em voto vencido exarado por oportunidade do julgamento da Ação rescisória 335, da comarca da Capital:

Ousei divergir da douta maioria por entender, data vênua, que em Direito Securitário a exegese das disposições

¹⁰ Ob. cit., p. 95.

¹¹ O Contrato de Seguro, Forense, 1983.

contratuais que regulam a perda do direito ao seguro, ou seja, a não fruição da indenização securitária, é de caráter restritivo. Realmente, o intento do seguro é propiciar pronta indenização, em caso de ocorrência do evento contra o qual se estabeleceu o contrato (art. 1.432 do CC).

Na interpretação das cláusulas e disposições do contrato de seguro, corporificado na apólice, deverá o julgador proceder com o máximo de cautela, nomeadamente se diante de uma disposição que prevê a não-indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários. Assim, é de entender-se que o seguro, em especial o seguro-habitação, destinado a garantir a solvência dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tem uma Finalidade essencialmente social, não devendo ser concebido como um contrato civil ordinário. Por isso, cm questões atinentes ao Direito Securitário, deve-se ter bem presente a regra do art. 5º da Lei de Introdução do Código Civil, a recomendar ao Juiz, na aplicação da Lei, o atendimento dos “fins sociais a que ela se destina.

Alguns juristas menos preocupados com o ideal de Justiça têm procurado identificar o Direito com a lei, daí resultando prejuízos enormes para a evolução científica do Direito que, ao limitado ver da posição positivista, estaria totalmente contido na norma jurídica. Como assinala Luiz Fernando Coelho:

A orientação exegética decorre da concepção tradicional e prevalente de que o direito está, todo ele, contido nas leis; assim, a função do intérprete passa a ser unicamente a de adequar o fato à lei, mediante o processo lógico da subsunção, que tem o método racional-dedutivo, segundo a lógica tradicional da consequência, por basilar (...); O pensamento jurídico fica dominado pela idéia da onicompreensão da lei, a idéia de que a lei resolve tudo — o fetichismo da lei.¹²

Essa escola, que se chamou depois Escola da Exegese, tem ainda hoje em dia arautos tardios, mas não parece fadada à continuidade, em face do inegável avanço, tanto do ideário socialista e do seu humanismo construtivo, como do incontável retorno do Direito às suas nascentes jusnaturalistas e, portanto, às suas fontes sociais e históricas,

¹² Fundações Públicas, Forense, 1978, p. 49.

com importantes e prontas repercussões no campo da sua aplicação através dos Juizes, no da elaboração doutrinária e da atividade legislativa.

Realçando a necessidade do aplicador do Direito perquirir a respeito dos fins sociais da Lei, Luiz Fernando Coelho adverte que os enunciados normativos, a linguagem jurídica, as expressões do direito jamais devem servir para fundamentar decisões,¹³ cumprindo entender que a compreensão da lei significa, antes de mais nada, revelar os fins por ela objetivados, embora estes nem sempre estejam claros¹⁴ vindo daí precisamente — dessa eventual falta de clareza — a indispensável tarefa de interpretar o Direito — e não apenas dar aplicação a normas legais.

O Prof. Orlando Gomes, acatado mestre da Universidade da Bahia, a propósito da interpretação de contratos nos dá o seguinte magistério:

Acontece que freqüentemente as cláusulas acessórias alteram profundamente a essência do contrato, tirando, muitas vezes, grande parte da sua utilidade, ou sendo muito rigorosas, e, até, draconianas. Cabe ao Juiz impedir que seus efeitos se consumem, não permitindo que desvirtuem o espírito das cláusulas essenciais, ou que tenham valor cláusulas não suficientemente conhecidas pela parte aderente. Admite-se, em última análise, a aplicação da regra de hermenêutica segundo a qual devem ser interpretadas a favor do contratante que se obrigou por adesão.¹⁵

Pedro Alvim observa que as normas gerais destinadas à interpretação dos contratos, previstas no art. 672 do Comercial, nas quais se incluem algumas relacionadas com o seguro marítimo, podem ter utilidade para o intérprete, nos outros ramos securitários;¹⁶ essas normas indicam: a) a prevalência das cláusulas escritas sobre as impressas; b) as cláusulas claras servem para auxiliar a compreensão das eventualmente obscuras e para indicar a intenção das partes contratantes; c) em caso de

¹³ Ob. cit., p. 51.

¹⁴ Ob. cit., p. 52.

¹⁵ Ob. cit., p. 441, n. 353.

¹⁶ Ob. cit., p. 176.



dúvida sobre o significado de palavras ou expressões, seguir-se-á o costume geral da praça em que se firmou o contrato; e d) em caso de ambigüidade, seguir-se-á o roteiro interpretativo dos contratos em geral.

Atentando para a complexidade da tarefa do intérprete, o Des. José Ferreira de Assis, do TJCE, realça que a função do Juiz não se restringe à aplicação da norma legal, mas envolve um espectro muito mais amplo, que implica a interpretação do Direito. Ele sugere ao juiz de ir além da norma, quando necessário, interpretar com prudência e sensibilidade e agir com justiça, sempre.

Apreciando pedido de recurso extraordinário aforado em ação de indenização securitária em que o segurador argüia a exoneração da sua responsabilidade, em face de haver o segurado removido, sem seu prévio conhecimento, mercadorias seguradas contra incêndio para lugar diverso do consignado na apólice — o que configuraria infração contratual — o Des. Ferreira de Assis, então na Presidência do Tribunal, assim despachou:

(...) 6. Tenho para mim que a aplicação da exacerbada penalidade do art. 1.454 do CC (perda do direito à indenização) deve ficar restrita aos casos em que a infração à letra do contrato de seguro introduz desequilíbrio na equação contratual, na expressão de Sílvia Rodrigues (Direito Civil, Saraiva, 111/355), como se dá quando o segurado agrava o risco do contrato de seguro, já que ele está obrigado a abster-se de tudo quanto possa trazer tal resultado.

7. Por conseguinte, o fato que acarreta a perda do direito é a agravação do risco. Se não se deu essa agravação, entendo, data vênia, que não é caso de aplicar-se a penalidade em questão (art. 1.454 do CC). De outro lado, nos termos do art. 1.456 do CC, o juiz deve proceder com equidade, ao aplicar a penalidade cogitada, atentando para a realidade dos fatos e não se deixando levar por probabilidades e

possibilidades infundadas, no que toca ao reconhecimento da agravação do risco.¹⁷

A interpretação que parece predominar em nossos Pretórios é aquela que tende ao alargamento da abrangência do seguro, em prol do segurado e de seus beneficiários, opondo-se à concepção restritiva do âmbito da compreensão securitária.

O 1º TACivSP, em julgamento de sua 1ª Câmara, impôs à empresa Solorrigo S/A — Indústria e Comercio a obrigação de indenizar os pais de um dos seus empregados, morto em acidente envolvendo uma pá-carregadeira, em operação dentro dos limites de propriedade rural. A empresa não realizara o seguro compulsório, visto se tratar de veículo não sujeito ao licenciamento pela autoridade de trânsito, uma vez que não circulava em estradas públicas. Mas os juízes entenderam — e com justa razão — que ao caso era de aplicar-se a conhecida tese jurídica do dano objetivo, consoante a qual o dever de indenizar decorre do fato danoso e não das suas circunstâncias. Como o proprietário do veículo (pá-carregadeira) foi imprevidente e não realizou o seguro, cabia-lhe responder diretamente pela indenização, como se fosse o segurador.¹⁸

À época em que havia controvérsia sobre a indenizabilidade de dano pessoal ocorrido ao próprio motorista de veículo automotor sinistrado, o mesmo Tribunal Paulista decidiu que o segurador estava obrigado ao pagamento de tal indenização, pois, mesmo reconhecendo a existência de decisões em sentido contrário, interpretou que a melhor exegese é aquela que expande a cobertura do seguro a casos desse tipo, tendo em vista que

o seguro obrigatório tem elevado alcance social e, por isso, beneficia também o motorista do veículo, desde que não

¹⁷ Ap. cível 13.572, de Fortaleza, Siqueira & Siqueira vs. Cia. de Seguros Minas Brasil, DJU de 23.12.82 (O recurso extraordinário continua pendente de decisão, até esta data, no STF).

¹⁸ JTACSP, 76/148, Ap. 297.217, de Cubatão, SP, Rel. Pinto de Sampaio, em 7.10.82.



seja o seu proprietário, já que o seguro é para alcançar terceiro e não o próprio segurado.^{19 e 20}

Tem-se dado a denominação de jurisprudência construtiva a essas hipóteses em que as decisões dos tribunais desenvolvem entendimento que ultrapassa os limites determinados pelas disposições legais, na verdadeira criação original de soluções jurídicas para os desafios concretos da vida social, para os quais a ortodoxia não tem todas as respostas reclamadas.

Nessa perspectiva da interpretação do Direito não se põe — pelo menos em termos candentes — a necessidade de modificação da lei para que os fatos tenham o adequado equacionamento, pois a função da jurisprudência se realiza com máxima utilidade social quando se lhe dá oportunidade de atuação além do convencional.

O julgamento do RE 83.930-SP, de que foi relator o Min. Antônio Neder, do STF, oferece uma amostra apropriada do significado da jurisprudência construtiva. Discutia-se nesse feito a validade de instituição de beneficiária de seguro, feita por homem casado em favor da companheira. Acionaram-na a sua viúva e filha, fundando-se nos arts. 1.177 e 1.474 do CC, que prevêm, respectivamente, a anulabilidade da doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice, no biênio seguinte à dissolução da sociedade conjugal, pelo outro cônjuge ou pelos herdeiros necessários, e a proibição de ser instituída beneficiária de seguro pessoa inibida de receber a doação do segurado.

Se os julgadores se limitassem à mera e simples aplicação da norma legal, certamente a controvérsia levada a juízo não ofereceria maior complexidade. Contudo, tendo os Ministros se inclinado pela

^{19 e} Julgados dos TACivSP 76/127, Ap. 290.311, de Franca, São Paulo, relator Pereira da Silva, em 6.4.82.

²⁰ Essa orientação jurisprudencial — avançada para época da sua edição — está hoje superada pela Lei 6.194, de 19.12.74, que deu nova configuração ao seguro obrigatório de veículos automotores, transformando-o em seguro de "dano pessoal" (DPVAT).

interpretação do Direito, isto é, verificado atentamente as diversas alternativas jurídicas compatíveis com o caso, terminaram por produzir jurisprudência que se tornou paradigma. Na verdade, o STF não se aferrou à letra do Código e procurou temperar o rigorismo da vedação legal, fazendo a distinção entre o conceito de concubina e de companheira, para afastar — construtivamente — a incidência proibitiva do art. 1.474 do CC, relativamente a esta, assim:

1. Código Civil, arts. 1.177 e 1.474.

2. Seguro de vida. Caso em que o instituidor é homem casado que se afastou do lar conjugal e a beneficiária é mulher solteira com a qual ele conviveu, durante muitos anos, more uxório, até o falecimento. Distinção entre concubina e companheira, para o efeito de afastar a incidência do sobredito art. 1.474. Interpretação teleológica dessa regra para lhe fixar o sentido que permite a distinção. Precedentes do STF.²¹

Essa decisão do STF deflagrou salutar reorientação da jurisprudência dos tribunais, dando curso a um entendimento quase solitário da mesma Corte, em que se houvera entendido que seria iníquo sacrificar o direito da companheira em favor do pretenso direito de pessoas a quem o segurado estava preso somente por laços teóricos e convencionais.²²

3. Conclusões

I — A exoneração de responsabilidade do segurador representa exceção à regra contratual securitária atinente ao pagamento de indenização, impondo-se o exame criterioso de cada hipótese exonerativa.

²¹ RTJ 82/930, RE 83.930-SP.

²² RF 156/265, RE 20.550, relator Min. Gonçalves de Oliveira.

II — As hipóteses de exoneração de responsabilidade do segurador abrangem os riscos excluídos da cobertura e os casos de perda do direito à indenização.

III — A jurisprudência, levada pelo sentimento do solidarismo social, tende naturalmente a favorecer a parte economicamente mais fraca, na aplicação de regras jurídico-contratuais, utilizando a mesma lógica do Direito do Trabalho no campo do Direito Securitário.

IV — A segurabilidade do risco, fundamental ao contrato de seguro, cinge-se à presença concomitante de várias características reciprocamente implicadas.

V — A perda da indenização — ou do direito à indenização securitária — se dá em casos de dano conexo com risco inserto na cobertura do seguro.

VI — A perda do direito à indenização securitária é uma penalidade imposta ao segurado ou aos seus beneficiários em decorrência de fato comportamental objetivo.

VII — O comportamento determinante da perda do direito à indenização se tipifica: a) por infração ao preceito da boa-fé e veracidade e b) por infração ao dever acautelatório.

VIII — A interpretação, no Direito Securitário, deve se fazer tendo em vista a finalidade institucional a que o seguro se vincula.

IX — A jurisprudência sentimental é uma decorrência do conhecimento assistemático e incompleto que geralmente as partes e os juizes têm do contrato securitário.

X — A simples exegese normativa não alcança a finalidade do Direito e o reduz a uma mera técnica, destituída de conteúdo ético e social.

XI — A interpretação do Direito Securitário se vale da diretriz explicitada pelo Código Comercial (art. 672) para a interpretação do seguro marítimo.

XII — A jurisprudência construtiva importa a atualização constante do Direito, fazendo-o eficaz diante dos desafios quotidianos da vida social.

XIII — A distinção conceitual de diferentes tipos fenomênicos e situações concretas existenciais impulsiona a construção diária da jurisprudência e a torna compatibilizada com a "vocação do nosso tempo" para a acolhida de posicionamentos socializantes.

Bibliografia

Antônio Neder, Ministro do STF, RE 83.930-SP (*RTJ* 82/930).

Alvim, Pedra, *O Contrato de Seguro*, Forense, 1983.

Barbosa, Francisco Anthero Soares, "O Seguro entre as garantias de créditos e de obrigações contratuais" in *Cadernos de Seguro*, FUNENSEG, n. 3, de março de 1982.

Beviláqua, Clóvis, *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*, edição histórica, Ed. Rio, 1979 (2 vols.).

Coelho, Luiz Fernando, *Fundações Públicas*, Forense, 1978.

Gomes, Orlando, *Contratos*, Forense, 1971.

Gonçalves de Oliveira, Ministro do STF, RE 20.550 (*RF* 156/265).

Gouveia, Ruy Guilherme Almeida, *Revista do IRB*, "Didática", n. 228, maio/ago de 1982.

José Ferreira de Assis, Desembargador do TJCE, despacho em pedido de RE na Ap. cível 13.572 de Fortaleza-CE (DJU de 23.12.82).

Lacerda, Sampaio de. *Curso de Direito Privado da Navegação*, Freitas Bastos, 1968 (2 vols.).

Maximilino, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Freitas Bastos, 1965.

Pereira da Silva, Juiz do 1º TACivSP, Ap. 290.311, de Franca-SP (76/127).
Pinto de Sampaio, Juiz do 1º TACivSP, Ap. 297.217, de Cubatão-SP (76/148).

Válter Nogueira e Vasconcelos, Des. do TJCE, voto na AR 335, de Fortaleza-CE (não publicado).